



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE SINOP

DECISÃO

Processo: 1002775-69.2025.8.11.0015.

AUTOR: ANTONIO CARLOS PELISSA, DILAMAR ZONTA PELISSA, ANDERSON WILIAN PELISSA, CRISTIAN NATAN PELISSA, KANSAS TRANSPORTES LTDA
REPRESENTADO: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

**1. DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE BLINDAGEM
(ID. 203231515 E [217986243](#)):**

Os recuperandos requerem a prorrogação do período de blindagem, por mais 180 (cento e oitenta) dias, sob o fundamento de que a medida é necessária para evitar atos constritivos e preservar a continuidade das atividades empresariais, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05, bem como de que não contribuíram para a não realização da Assembleia Geral de Credores.

A Administradora Judicial manifestou-se favoravelmente à prorrogação do período de blindagem, por mais 180 (cento e oitenta) dias, uma vez que “os devedores estão atendendo a todas as exigências legais que lhes são impostas desde o início de processamento do presente feito, não contribuindo com qualquer ato de desídia ou atraso” (id. 212012094).



O artigo 6º, §4º, da Lei 11.101/2005, estabelece que: “*Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.*”.

Sobre o tema, a doutrina orienta:

“Ressalte-se que o §4º que agora permite a prorrogação do prazo por mais 180 dias, deixa expresso que tal medida apenas poderá ser tomada se o devedor não houver concorrido para que o prazo de 180 dias não fosse suficiente. É medida salutar, pois é do interesse de todos que o devedor imprima todos os esforços para o mais rápido andamento do feito, não sendo tolerável que tome medida protelatória, sob pena de não poder gozar dessa prorrogação que a própria lei fala que será concedida “em caráter excepcional”. (BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo / Manoel Justino Bezerra Filho; Eronides A. Rodrigues dos Santos, coautoria especial. -- 15. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021).

No caso dos autos, o decurso do prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias, sem a deliberação acerca do Plano de Recuperação Judicial, revela risco concreto ao soerguimento dos recuperandos, diante da possibilidade de retomada das ações de cobrança e de medidas constritivas relativas a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação. Verifica-se, ainda, que o Plano de Recuperação Judicial foi apresentado tempestivamente e que não há elementos que indiquem contribuição dos recuperandos para o retardamento da marcha processual, inexistindo notícia de conduta procrastinatória.

Assim, presentes os requisitos legais, **defiro o pedido e determino a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar do esgotamento do período de blindagem anteriormente concedido, que se deu por ocasião do recebimento da Recuperação Judicial (id. 184809328).

2. DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DOS



RECUPERANDOS (IDS. 217986243; 218019747 A 218029759):

Os recuperandos postulam tutela de urgência para *“apreciação do pedido de prorrogação do período de blindagem e recolhimento do mandado expedido, bem como restituição ao maquinário eventualmente apreendido”*.

Sustentam que, apesar da pendência do pedido, o Banco de Lage Landen Brasil S/A promoveu medidas constritivas individuais sobre bens previamente reconhecidos como essenciais, configurando risco concreto à continuidade da atividade empresarial. Alegam ciência inequívoca do credor quanto à Recuperação Judicial, ao pedido de prorrogação do *stay period* e à essencialidade dos bens, bem como conduta contraditória ao buscar, simultaneamente, a revogação da essencialidade no juízo recuperacional e a constrição em juízo diverso (1032934-92.2025.8.11.0015).

Apontam a presença dos requisitos do art. 300 do CPC, diante da probabilidade do direito e do perigo de dano decorrente da apreensão de bens indispensáveis à produção, requerendo a apreciação da prorrogação do período de blindagem, suspensão de atos constritivos, recolhimento do mandado de busca e apreensão, eventual restituição dos bens e reconhecimento da competência do juízo recuperacional.

DECIDO.

O pedido de prorrogação do período de blindagem formulado pelos recuperandos já foi devidamente analisado no bojo da presente decisão, oportunidade em que se reconheceu o preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05, dessa forma, inexistente necessidade de novo pronunciamento específico a respeito.

Em relação ao pedido de *“suspensão imediata de qualquer ato de busca, apreensão, constrição ou expropriação dos bens essenciais vinculados aos recuperandos, bem como o recolhimento do mandado de apreensão expedido e ainda a restituição do bem eventualmente apreendido, especialmente no âmbito da Ação de Busca e*



Aprensão nº 1032934-92.2025.8.11.0015”, constata-se dos autos que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial (id. 184809328) reconheceu expressamente a essencialidade de bens de capital utilizados pelos recuperandos, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05, assegurando sua manutenção na posse dos devedores durante a vigência do período de blindagem, quais sejam:

- 01 (uma) colheitadeira IDEAL, modelo trator agrícola, nº de série IDSA655740, chassi 9AGC1013HNS000051, cor preta, ano/modelo 2022/2022, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) colheitadeira de grãos IDEAL CL 9T – Fendt, nº de série IDSA669133, chassi 9AGC1014LNS000087, combustível diesel, cor preta, ano/modelo 2023/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) colheitadeira de grãos IDEAL CL 9T – Fendt, nº de série IDSA668680, chassi 9AGC1014ANS000086, combustível diesel, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

Dessa forma, tratando-se de bens cuja essencialidade já foi objeto de reconhecimento por este Juízo recuperacional, ainda que os atos constritivos tenham sido praticados em momento anterior a esta decisão, impõe-se que a manutenção, o prosseguimento ou os efeitos de tais medidas sejam submetidos ao controle deste Juízo, especialmente após a apreciação do pedido de prorrogação do *stay period*. Compete, portanto, ao juízo da Recuperação Judicial deliberar acerca das medidas que recaiam sobre bens de capital essenciais, de modo a resguardar a continuidade da atividade empresarial, nos termos da Lei 11.101/05.

Quanto aos demais bens constantes da petição dos recuperandos, muito embora não tenha havido pronunciamento judicial acerca da sua essencialidade, quando do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, impõe-se igualmente a providencia para obstar o desapossamento dos maquinários. Isso porque, pela natureza dos bens, se mostram de utilização imprescindível na atividade dos recuperandos, notadamente em virtude do período de plantio e colheita dos produtos agrícolas. Assim, reconheço provisoriamente a essencialidade dos demais bens constantes da petição dos recuperandos, até que seja feita vistoria pela administradora judicial.



Diante disso, **defiro o pedido dos recuperandos**, para o fim de suspender a apreensão dos bens abaixo descritos e, caso já apreendidos, que seja feita a restituição aos recuperandos:

- 01 (uma) colheitadeira IDEAL, modelo trator agrícola, nº de série IDSA655740, chassi 9AGC1013HNS000051, cor preta, ano/modelo 2022/2022, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) colheitadeira de grãos IDEAL CL 9T – Fendt, nº de série IDSA669133, chassi 9AGC1014LNS000087, combustível diesel, cor preta, ano/modelo 2023/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) colheitadeira de grãos IDEAL CL 9T – Fendt, nº de série IDSA668680, chassi 9AGC1014ANS000086, combustível diesel, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, nº de série 137166273, chassi 9AGP1127VNS000023, ano/modelo 2022/2022, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, modelo 50 FT, nº de série 1521667394, chassi 9AGP1128TNS000041, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, modelo 50 FT, nº de série 1521669052, chassi 9AGP1128KNS000043, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

Comunique-se o teor desta decisão ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Sinop/MT.



Intime-se a administradora Judicial para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, realize vistoria e apresente laudo circunstanciado acerca da essencialidade e caracterização como bens de capital dos bens abaixo:

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, nº de série 137166273, chassi 9AGP1127VNS000023, ano/modelo 2022/2022, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, modelo 50 FT, nº de série 1521667394, chassi 9AGP1128TNS000041, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

- 01 (uma) plataforma de corte Draper, modelo 50 FT, nº de série 1521669052, chassi 9AGP1128KNS000043, ano/modelo 2022/2023, fabricante Fendt AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.

Serve a presente decisão como ofício, para os fins nela determinados.

3. DO PEDIDO DO BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL

S/A (ID. 216376202):

O Banco de Lage Landen Brasil S/A alega que é credor extraconcursal, titular de contratos de financiamento com garantia de alienação fiduciária de maquinários agrícolas, sustentando que, com o término do *stay period* em 19/08/2025, não subsiste impedimento legal à retirada dos bens, ainda que considerados essenciais, e requer a declaração de perda da essencialidade e a autorização para a retomada da posse dos bens objeto das garantias fiduciárias.

Todavia, conforme informado pelos recuperandos (ids. [217986243](#) e [218019747](#) a [218029759](#)), o credor já adotou medidas constritivas relativas aos mesmos bens, mediante o ajuizamento da Ação de Busca e Apreensão n. 1032934-92.2025.8.11.0015, protocolada em 01/12/2025.



Diante da superveniência de tal fato, resta esvaziada a utilidade do pedido formulado nestes autos, impondo-se o reconhecimento da ausência de interesse processual superveniente.

Por fim, cumpridas as deliberações acima, voltem-me os autos IMEDIATAMENTE à conclusão para deliberação acerca das demais matérias pendentes de análise.

Intimem-se.

Sinop/MT, *(datado digitalmente)*

(assinado digitalmente)

GIOVANA PASQUAL DE MELLO
Juíza de Direito

K

